

## **Regionalização e Políticas Públicas no Turismo: Proposta Bem (In)tencionada Distante da Práxis!<sup>1</sup>**

Marialva Tomio Dreher<sup>2</sup>  
Talita Sheila Salini<sup>3</sup>

Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB

### **Resumo**

A regionalização do turismo vem sendo promovida pelo Governo para integrar os municípios, facilitando a ordenação do setor na promoção de produtos regionalizados. Os estados tentam se adaptar, fragmentando e politizando o território em regiões turísticas. Contudo, em muitos municípios, o entendimento e a participação ainda são parciais, sendo vislumbrados apenas nas políticas públicas e na (in)tenção de participar. Neste contexto, objetivou-se analisar o processo de regionalização do turismo à luz das políticas públicas que ordenam a região de Blumenau, SC. A metodologia adotada foi o Estudo de Caso e os instrumentos de coleta de dados foram a entrevista e a observação *in loco*. Os resultados apresentam um cenário de discussões, adaptações políticas e poucos movimentos efetivos. É preciso desenvolver uma cultura de participação, com um trabalho coletivo comprometido com as causas regionais.

**Palavras-chave:** Regionalização do Turismo; Políticas Públicas; SDR Blumenau.

### **Introdução**

A regionalização do turismo precisa ser vista como uma decisão capaz de incrementar o poder de atração da destinação, dando-se ênfase aos benefícios trazidos pela atividade turística aos municípios, onde efetivamente a regionalização ocorra. Para que este processo aconteça, os municípios necessitam compreender claramente esta proposta e, principalmente, seu papel enquanto agentes deste processo, enquanto o governo como motivador da regionalização cria as políticas públicas e define regiões turísticas de posse de dados e (in)tenções dos agentes regionais.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao GT 07 “Turismo e Desenvolvimento Regional” do V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL – Caxias do Sul, 27 e 28 de junho de 2008.

<sup>2</sup> Doutora em Engenharia da Produção – UFSC; Mestre em Turismo e Hotelaria – UNIVALI; docente do Mestrado em Administração, Mestrado em Desenvolvimento Regional e Graduação da FURB, pesquisadora do CNPq, e-mail: marialva@furb.br.

<sup>3</sup> Mestranda em Desenvolvimento Regional – FURB, Bacharel em Turismo e Lazer – FURB e bolsista da CAPES, e-mail: talita.salini@gmail.com.

Neste ínterim, os territórios são fragmentados em novas realidades espaciais e políticas, ou seja, em regiões turísticas definidas. Após esta definição, parte-se para a elaboração de políticas públicas específicas, que possam resultar na ordenação das ações de um desenvolvimento turístico regionalizado. Em decorrência disto, criam-se produtos turísticos regionais, estando entre eles, o objeto deste estudo que, aborda no contexto da região do Vale Europeu apenas os municípios que participam da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Regional de Blumenau (SDR Blumenau, SC). Nesta região observa-se que, os atrativos turísticos apresentam uma configuração que contempla similaridades socioeconômicas, culturais e ambientais que possibilitam a construção de um produto regionalizado, mas que exigem a análise de potencialidades particulares que possam garantir a competitividade das organizações responsáveis pela oferta turística.

Atender as necessidades regionais e garantir a sobrevivência de cada organização é o grande desafio das políticas públicas de regionalização, uma vez que, para manter a competitividade é necessário conhecer profundamente os atrativos turísticos e suas diversidades, além dos meandros políticos regionais. Diante desta problemática, o objetivo desta pesquisa é analisar no desenvolvimento do turismo, os desafios do processo de regionalização à luz das políticas públicas que ordenam a região de Blumenau, SC.

Para atender ao objetivo proposto, a metodologia adotada foi o Estudo de Caso, que segundo Gil (2002, p.54) “consiste no estudo profundo [...] de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”. Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram: entrevista e observação *in loco*. A população envolveu o gerente de turismo, cultura e esporte da SDR Blumenau e os três secretários de turismo dos municípios desta região. Após a coleta, os dados foram tratados e analisados por meio da abordagem qualitativa, apresentando as ações desenvolvidas e o envolvimento dos municípios na regionalização do turismo, relatadas durante cada entrevista.

## **Desenvolvimento Regional do Turismo**

O turismo é uma atividade que tem uma relação dialética com a sociedade e pode ser entendido como uma prática social, um fenômeno social complexo e diversificado (BARRETO, 2003). Numa visão institucionalizada, segundo a Organização Mundial de Turismo (OMT, 2001), é uma atividade socioeconômica que apresenta um caráter multidisciplinar, no qual engloba uma ampla variedade de setores econômicos. Assim sendo, “o turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com a finalidade de lazer, negócios ou outras” (p. 38).

Do ponto de vista financeiro e dependendo da estrutura social de um país, conforme Barretto (2003), o turismo pode ser uma atividade econômica geradora de riqueza, devido aos efeitos diretos e indiretos na economia. O fenômeno turístico ou a atividade turística tem um aspecto social tão importante quanto o desenvolvimento econômico, isto é, a possibilidade de expansão do ser humano, seja pelo divertimento, por conhecer novas culturas e/ou enriquecer conhecimentos através de viagens. É uma atividade que deve ser fomentada por políticas públicas, não apenas como fonte de divisas, mas também como saudável prática de lazer. Por esta razão, para Dreher; Ullrich (2007), as reflexões sobre as implicações do desenvolvimento turístico devem ser realizadas por todos que atuam direta ou indiretamente na atividade, cabendo à comunidade e ao *trade* turístico, unirem esforços para planejar o desenvolvimento turístico em nível regional, aumentando a força política, empresarial e comunitária.

Neste caso, o turismo regional pode ser visto como uma atividade complexa, que vai além das fronteiras e utiliza uma variada e diversificada quantidade de organizações, atrativos e infra-estrutura para compor sua oferta. É comum que, os produtos turísticos regionais distribuam a sua oferta por várias cidades, disponibilizando os atrativos em uma cidade e, a hospedagem, alimentação, e demais serviços, em outra. Geralmente, tal procedimento decorre da capacidade instalada, que muitas vezes não consegue suprir a demanda ou, então, é uma estratégia que visa aumentar a permanência da demanda turística na região. Assim sendo, os processos de desenvolvimento do turismo exigem a articulação e, principalmente, a integração para a conquista da participação da maioria das cidades que compõe o território, objetivando a regionalização turística (DREHER; ULLRICH, 2007).

O desenvolvimento regionalizado passou a ser uma questão central para o turismo, uma vez que os destinos turísticos, em sua maioria, dependem do tempo de permanência do visitante para desenvolver a atividade. O visitante, por sua vez, depende da quantidade e qualidade da oferta turística pois, por mais que um único município ofereça excelentes atrativos, dificilmente conseguirá manter o interesse dos turistas por um tempo maior, se não houver uma integração com a região de entorno, que possibilite a diversificação da atratividade turística, bem como a qualificação da oferta (FORTES; MANTOVANELI JUNIOR, 2006).

Para Theis et al. (2001) o desenvolvimento regional é o processo de acumulação que tem lugar no espaço de uma dada região. Ele pressupõe uma economia flexível, com capacidade de adaptar-se a dados mutáveis e, enquanto processo, implica novas formas de produção, novos comportamentos de consumo e novas possibilidades de acumulação regional.

Assim sendo, a regionalização do turismo é importante para compor a atratividade regional. Esta atitude permite ofertar um número mais amplo de atrativos do que um município sozinho, atitude que vai motivar a demanda turística insaciável por novidades, a retornar para conhecer melhor a região e suas peculiaridades. Considera-se ainda, o turismo como um fenômeno que deve levar em conta dois aspectos: o interesse dos turistas e o interesse do local que recebe os turistas. O turista procura regiões que ofereçam atividades que ocupem seu tempo livre e que atendam a seus interesses. O local receptor visa atrair os turistas por meio das atrações que já possui ou que pode criar. O relacionamento entre essas duas partes produz resultados que levam o destino visitado ao desenvolvimento econômico, à medida que nele se organiza e dinamiza o setor turístico (DIAS, 2003). Geralmente, a regionalização do turismo é vista como, uma decisão capaz de incrementar o poder de atração dos destinos onde efetivamente o turismo ocorre, com ações e produtos integrados.

Cruz (2002) afirma que, na ausência da política pública, o turismo se dá à revelia, ao acaso, isto é, ao sabor de iniciativas e interesses particulares e não da sociedade como um todo. Portanto, as políticas públicas são muito importantes, pois fornecem uma estrutura na qual são tomadas decisões coletivas e individuais, que afetam diretamente o desenvolvimento turístico e as atividades ligadas ao turismo, em uma destinação ou região turística, tendo o papel de propiciar um desenvolvimento harmônico do setor.

### **Compreendendo as Políticas Públicas de Regionalização do Turismo**

A política pública abrange a ação do governo, a inação, as decisões e não-decisões, uma vez que implica uma escolha deliberada entre alternativas, e para que seja considerada pública, ela deve no mínimo ter passado por um processo de autorização ou ratificação por órgãos públicos. Suas ações devem ser dirigidas a atender às necessidades de toda a sociedade (HALL, 2001), e após desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas e projetos, que quando postos em ação, são implementados, ficando submetidos a sistemas de acompanhamento e avaliação (SOUZA, 2006). Conforme Hall (2001), a elaboração de políticas públicas é, antes de tudo, uma atividade política e essas são influenciadas por características econômicas, sociais e culturais da sociedade, assim como pelas estruturas formais dos governos e outros aspectos do sistema político.

No contexto do turismo, a política pública é entendida por Cruz (2002), como um conjunto de diretrizes e estratégias estabelecidas e/ou ações definidas, no âmbito do poder público, em virtude do objetivo geral de alcançar e/ou dar continuidade ao desenvolvimento da atividade turística em um dado território. Elas servem para o desenvolvimento harmônico da atividade, e, levando-se em consideração que o turismo é uma atividade econômica da mais alta relevância, e que necessita do suporte das mais variadas áreas, observa-se que as políticas são usadas também para fazer a interlocução entre os seus diversos setores. De acordo com Dias (2003), a política de turismo pensada, elaborada e articulada não é algo comum; as políticas de turismo, como uma ação empreendida com objetivo específico, existem de um modo geral, quando a atividade turística é existente.

Segundo Cruz (2002), as primeiras iniciativas que estabeleceram normas legais ou que, legitimaram algumas políticas públicas para o turismo no Brasil remontam à década de 1930. A partir deste momento, denotam-se ações pontuais que tratam de alguns aspectos que envolvem o setor. Contudo, a definição de uma estrutura institucional especializada em turismo ocorreu somente na década de 1960, por meio de Decretos que, estabeleceram diretrizes para a elaboração de uma política nacional de turismo, criaram a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) – atualmente Instituto Brasileiro de Turismo –, o Conselho Nacional de Turismo (CNTur) – responsável pela formulação e coordenação da Política Nacional de Turismo –, e o Sistema Nacional de Turismo, com a atribuição de incrementar o desenvolvimento do turismo em âmbito nacional.

No decorrer dos anos tornou-se necessário adequar as diretrizes do turismo e, por isso, a década de 1990 foi marcada por algumas mudanças. Em 1994, criou-se o Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), que promoveria a descentralização das atividades de planejamento para os municípios, com uma horizontalização das diretrizes e ações para a política de turismo no país. Os municípios deveriam construir uma política municipal de turismo direcionada a seus interesses, tendo como baliza a Política Nacional de Turismo (DIAS, 2003). Após um longo período de trabalho e, considerando que os objetivos deste programa foram desenvolvidos, o Governo Federal, decidiu dar continuidade a este trabalho, ampliando os esforços para o nível regional, criando em 2004, o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil.

Em 1996, presenciou-se um marco histórico no turismo nacional com o lançamento da Política Nacional de Turismo: diretrizes e programas – 1996/1999, com um conjunto de objetivos, ações, diretrizes e estratégias formuladas e executadas pelo Estado, com o intuito de promover e incrementar o turismo como fonte de geração de emprego, renda e desenvolvimento socioeconômico (CRUZ, 2002).

De acordo com Dias (2003), esta política baseava-se na: implantação de infra-estrutura básica e turística; capacitação de recursos humanos; modernização da legislação; descentralização da gestão do turismo e promoção do turismo no Brasil e no Exterior. Em 2000, após um balanço realizado pelo governo, foi considerado que a atividade turística havia contribuído com a geração de emprego e renda e, com o desenvolvimento das regiões menos favorecidas do país, fazendo com que as metas da Política de Turismo fossem superadas. A partir de 2003, as políticas públicas ganharam uma nova configuração através do Ministério do Turismo (MTur), e da criação do Plano Nacional de Turismo – PNT 2003/2007. Isso possibilitou ao setor uma pasta própria, além de estrutura e orçamento específicos. Nesta nova configuração, o MTur ficou responsável pela: política nacional de desenvolvimento do turismo; promoção e divulgação do turismo nacional, interna e externamente; planejamento, coordenação, supervisão e avaliação dos planos e programas de incentivo ao turismo.

Após quatro anos de criação, o PNT foi reformulado e suas metas atualizadas para os próximos quatro anos, objetivando dar continuidade às propostas iniciais, bem como se adequar às novas necessidades do turismo, no período de 2007/2010. Conforme Brasil (2007), o PNT 2007/2010 – uma Viagem de Inclusão é um instrumento de planejamento e gestão do turismo como indutor do desenvolvimento, geração de emprego e renda no país. Tem o compromisso de dar continuidade às ações desenvolvidas pelo MTur e Embratur, e promover a expansão e o fortalecimento do mercado interno, com ênfase na função social do turismo. Através do PNT, o Embratur passou a cuidar exclusivamente: da promoção do país no exterior; de avaliar o impacto do turismo na economia nacional; e de formatar novos produtos e roteiros turísticos. O PNT estrutura um conjunto articulado de macro-programas, constituídos por programas que se desdobram em projetos para o desenvolvimento do turismo. Dentre os macro-programas destacam-se para este estudo, o Macro-programa de Informação e Estudos Turísticos e, o de Regionalização do Turismo.

Na gestão pública do PNT, em âmbito estadual, destacam-se o órgão oficial de turismo da Unidade de Federação e, os Fóruns e Conselhos Estaduais de Turismo, que são instâncias de representação do turismo nos estados, formados por representantes do setor público, dos municípios e regiões turísticas, da iniciativa privada e do terceiro setor. No nível intermediário encontram-se as instâncias de representação das macrorregiões turísticas, que discutem sobre questões relacionadas ao desenvolvimento da atividade. A gestão é complementada na ponta, pelas instâncias de representação regional do turismo e pelos municípios onde a atividade turística se realiza. Os municípios são incentivados a criar os Conselhos Municipais de Turismo e organizarem-se em instâncias de representação regional, pública e privada (BRASIL, 2007).

No Estado de Santa Catarina, os órgãos estaduais de turismo são: o Conselho Estadual de Turismo (CET), órgão colegiado de caráter consultivo, que objetiva definir a política de desenvolvimento turístico do Estado, seguindo a orientação das políticas governamentais; e a Santa Catarina Turismo (Santur) que é vinculada à Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte (SOL) e, tem como objetivo o [fomento](#) e a [divulgação](#) da política estadual de turismo, com a missão de promover as indústrias do lazer e do entretenimento (SANTUR, 2008). A representação regional é realizada pelas Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs) e, a representatividade local ocorre nas Secretarias de Turismo e nos Conselhos Municipais de Turismo, sendo que, nem todos os municípios catarinenses possuem estes órgãos.

Dentro do Macro-programa de Informação e Estudos Turísticos destaca-se o Programa de Sistemas de Informações do Turismo, que desenvolveu o Projeto Inventário da Oferta Turística – instrumento de levantamento, identificação e registro dos atrativos, serviços e equipamentos e da infra-estrutura de apoio ao turismo – como base de dados para o planejamento e gestão da atividade. Este projeto está em fase de capacitação dos recursos humanos para constituir um grupo técnico de trabalho, em todo o país (BRASIL, 2007).

Segundo Brasil (2006), este processo começou em 1980, quando o Embratur elaborou os documentos “Inventário da Oferta Turística” (edições 1980, 1984 e 1993), que proporcionaram a realização do inventário turístico em alguns locais do país. Em 2001, o Embratur lançou material promocional para sensibilizar a população sobre a importância do processo de inventariação, bem como ofereceu cursos para a capacitação de coordenadores nacionais e estaduais, para a implementação deste processo. Com a criação do PNT, detectou-se a necessidade de readequar as estratégias de inventariação; criar um instrumento de pesquisa eficiente na coleta de dados e constituir um grupo técnico, composto por membros da academia de diversas regiões. Os pesquisadores deste grupo receberam Manuais, divididos em Módulos, que servem como instrumento de pesquisa e, são compostos por vários formulários a serem utilizados na investigação de cada município. Para testar este instrumento iniciou-se o Projeto Piloto Inventário da Oferta Turística – Rio Grande do Sul.

Com a finalidade de regionalização do turismo, a partir de 2004, o Brasil tem direcionado suas políticas públicas de desenvolvimento turístico, através do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, com um planejamento sistematizado e participativo, a fim de coordenar o processo de desenvolvimento turístico de forma regionalizada. Atualmente, o programa foi incorporado na versão do PNT 2007/2010, como Macro-programa de Regionalização do Turismo, cuja proposta é balizada pela segmentação – da oferta e da demanda – como uma estratégia de organização do turismo para fins de planejamento e gestão, tendo em vista a concepção de produtos, roteiros e destinos que reflitam as características de peculiaridade e especificidade de cada região (BRASIL, 2007).

Conforme o autor supracitado, a regionalização é coordenada, em todos os níveis, pelos órgãos estabelecidos no modelo de gestão pública do PNT, contando ainda com o auxílio das Câmaras Temáticas de Regionalização Nacional e Estaduais – que fazem parte dos Fóruns Estaduais de Turismo –, onde estas já tinham sido criadas. Após o lançamento do Programa de Regionalização, o Estado de Santa Catarina passou a adotar suas diretrizes, embora seu território já estivesse dividido em regiões turísticas há algum tempo.

O Estado localiza-se no centro da [região sul](#) do país e, tem como limites os Estados do [Paraná](#) e [Rio Grande do Sul](#). Seu território apresenta muitos contrastes: serras, com frio rigoroso, fortes [geadas](#) e [neve](#), no inverno; [praias](#), com altas temperaturas, no [verão](#). Na arquitetura, vários municípios mantêm as construções típicas da época de sua colonização, realizada por [imigrantes europeus](#): [açorianos](#), [alemães](#), [italianos](#), entre outros. Por isso, o Estado apresenta uma combinação de [nacionalidades](#), que se reflete na [cultura](#), arquitetura, culinária, folclore e nas festas. Além disso, os contrastes geográficos, históricos e culturais privilegiam o turismo, possibilitando a formatação de vários roteiros turísticos. A vocação acentuada para o turismo decorre da diversidade existente e, a regionalização da atividade é representada através da divisão do Estado em nove regiões turísticas, cujos limites territoriais reproduzem afinidades geográficas, econômicas e histórico-culturais, sendo elas: Caminho dos Príncipes, Rota do Sol, Grande Florianópolis, Encantos do Sul, Caminho dos Cânions, Vale Europeu, Serra Catarinense, Vale do Contestado e Grande Oeste (SOL, 2008).

Atualmente, Santa Catarina, adota as ações de regionalização propostas pelo MTur e tem como executores estaduais: a Santur e a Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte. Além de seguir essas ações, conforme SOL (2008), o Estado apresenta outra ação direcionada ao turismo – o Plano de Desenvolvimento Integrado do Lazer (PDIL) – cujo objetivo é integrar as áreas de cultura, esporte e turismo às áreas do lazer, e serve como um instrumento para o diagnóstico dos municípios de cada região administrativa (SDR), refletindo um parecer da real situação destas regiões; ele analisa as questões ligadas à formulação de políticas públicas para o lazer no Estado, buscando intensificá-lo e desenvolvê-lo de forma equilibrada, deixando às suas vinculadas – as Secretarias de Desenvolvimento Regional –, a execução das ações e projetos derivados dessas políticas.

Por isso, em nível regional, as ações são realizadas pelas Secretarias de Desenvolvimento Regional, considerando neste estudo, a SDR Blumenau. Entretanto, nos municípios desta região, cabe às Secretarias e aos Conselhos Municipais de Turismo desempenharem este papel. Assim, fica instituído que: a SDR Blumenau deve seguir as orientações da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte; as Secretarias de Turismo, por sua vez, trabalham suas ações em conjunto com a SDR Blumenau; e os Conselhos de Turismo, trabalham conjuntamente às Secretarias de Turismo.

## **A Experiência da SDR Blumenau**

O atual governo do Estado de Santa Catarina, num discurso de descentralização, dividiu a gestão política do Estado em trinta e seis Secretarias de Desenvolvimento Regional. Estas secretarias tem por objetivo, segundo Pires et al. (2005), implementar um modelo de desenvolvimento que, integra as vocações regionais e as potencialidades locais. Tal integração se deve às diversas características e aos contrastes encontrados no Estado. Diante destas peculiaridades, esta divisão tratou-se de uma visão político-administrativa que, redesenhou o território catarinense em regiões de desenvolvimento, reunindo um conjunto de municípios com características sociais, econômicas e culturais semelhantes e/ou complementares. Essas regiões passaram a se constituir em pólos de desenvolvimento, com realização de projetos relevantes definidos pelos próprios agentes locais.

Nesta nova estrutura, o município de Blumenau foi escolhido como sede da décima quinta Secretaria de Desenvolvimento Regional, composta inicialmente por nove municípios, e atualmente por cinco: Blumenau, Gaspar, Pomerode, Ilhota e Luis Alves. Contudo, no que tange ao produto turístico regional do Vale Europeu, apenas Blumenau, Pomerode e Gaspar estão inseridos, os dois outros fazem parte da região Costa Verde & Mar - a Rota do Sol Catarinense, resultado de uma proposta de *marketing* integrado dos municípios que compõem a região da Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí (AMFRI). Este estudo, portanto, refere-se somente aos municípios que fazem parte do produto turístico Vale Europeu – Blumenau, Gaspar e Pomerode – por uma questão de definições turísticas regionalizadas.

Nesta região, Blumenau destaca-se como o município mais representativo no que se refere à atividade turística. As características da sua colonização alemã, presentes na arquitetura, cultura e gastronomia, consolidam o município como um importante destino turístico de Santa Catarina. Foi sob a égide da germanidade que, o turismo em Blumenau, como atividade de negócios nasceu e se desenvolveu, tornando-se conhecido principalmente pela Oktoberfest – festa do chope, com tradições alemãs –, bem como pelos produtos que fabrica: os têxteis, as porcelanas e os cristais.

O município de Gaspar possui características da colonização alemã, italiana e açoriana, visíveis na arquitetura, na culinária e nos costumes. A atividade turística é menos intensa que nos outros municípios, concentrando sua atratividade nos parques aquáticos e recantos naturais, que oferecem atividades de lazer e aventura; destaca-se na prática de esportes radicais, como: motocross, jeepcross, aerodelismo e parapente, realizando eventos anuais. Mas, o evento de maior destaque é a ExpoGaspar, feira multisetorial, com atrações culturais e exposição de produtos regionais, agropecuária, agroindústria e indústrias têxteis.

O município de Pomerode mantém as tradições alemãs em seus costumes – arquitetura enxaimel (adaptado), sociedades de caça e tiro, danças, festas – destaque para a Festa Pomerana –, culinária e uso freqüente do idioma alemão. Devido a estas características, o turismo se desenvolveu apoiado na germanidade e, no reconhecimento de Pomerode como a “cidade mais alemã do Brasil”. Apesar de possuir um parque industrial diversificado e desenvolver a agricultura, é no turismo que reside o interesse pelo município, também considerado, o principal pólo gastronômico da região.

Desta forma, o turismo na região da SDR Blumenau apresenta uma configuração que contempla municípios com similaridades culturais e ambientais, que procuram historicamente unir-se em prol de um produto regionalizado. Esta experiência iniciou-se em 1996, através da Organização Regional de Turismo (ORT), idealizada por um grupo de gestores turísticos, e criada pelo Secretário de Turismo de Pomerode. Sua principal missão era motivar a integração dos municípios para o desenvolvimento regional do turismo, buscando unir esforços para planejar e organizar a regionalização da atividade. Para isso, a ORT buscou atuar de forma integrada e articulada com os municípios do Vale Europeu, visando incentivar o turismo como fator de desenvolvimento socioeconômico e, conduzir a atividade turística sob o prisma estratégico do desenvolvimento regional, entre outros.

No entanto, o empenho foi diminuindo, devido à complexidade da regionalização. Muitas ações definidas no passado, ainda encontram-se no estágio inicial de um processo regional, como por exemplo: a definição das políticas especificamente direcionadas a este objetivo, e também a articulação política. As discussões foram realizadas, mas a implementação não ocorreu de forma efetiva. Entretanto, observa-se que, estas iniciativas foram positivas para o desenvolvimento do turismo regional, especialmente porque provocaram a mudança de paradigma na condução do turismo, sempre muito particularizado, com iniciativas isoladas nos municípios. Talvez pelo caráter inovador destas iniciativas, os atores locais encontraram resistências na continuidade das propostas, entretanto, este movimento despertou o interesse da comunidade regional e, dos empreendedores turísticos em juntar esforços nesta direção. Disto resultaram algumas ações como, a criação de materiais promocionais já denominados Vale Europeu e, alguma divulgação conjunta iniciada no movimento anterior.

Atualmente, o Governo Estadual assumiu, por meio da sua proposta de regionalização supracitada, o Vale Europeu como produto turístico regional, que conta com nova configuração, ampliada para 48 municípios, sendo Blumenau o pólo regional. O Vale Europeu, também conhecido na área de turismo como Vale do Itajaí, tem a atividade turística desenvolvida há mais de trinta anos, devido às indústrias têxteis e de cristais na região, além do apelo da cultura germânica, que lhe atribuem o reconhecimento de região como, “a mais alemã do país”. O surgimento da marca Vale Europeu, na década de 1990, coincide com a criação da ORT.

Ressalta-se que neste, fez-se um recorte que aborda apenas os municípios de Blumenau, Gaspar e Pomerode inseridos na SDR Blumenau. Esta região apresenta elementos turísticos importantes como: cultura dos imigrantes europeus; atrativos culturais e naturais que propiciam o turismo de natureza e de aventura, e uma paisagem que une estes dois aspectos. Destaca-se ainda um crescimento expressivo do turismo de eventos com a presença de grandes feiras de negócios e eventos culturais como a Oktoberfest (Blumenau), a Festa Pomerana (Pomerode) e a ExpoGaspar (Gaspar).

Conforme entrevista realizada com o Gerente de Turismo, Cultura e Esporte da SDR Blumenau, o turismo nestes municípios é trabalhado em conjunto com as Secretarias de Turismo, os Conselhos Municipais de Turismo e a SDR Blumenau, que atua na integração e participação desses municípios para que se desenvolvam de forma regionalizada, bem como serve de canal de interlocução entre a região e o Governo Estadual, na aprovação de projetos turísticos, de incentivos financeiros e demais ações voltadas à regionalização turística. Com o intuito de integrar e aumentar a participação dos municípios nas decisões regionais, a SDR Blumenau incentiva a participação da sociedade civil, através do Conselho de Desenvolvimento Regional (CDR) e, colabora para a sistematização das propostas dos programas governamentais, dos planos e orçamentos estaduais, promovendo o desenvolvimento das áreas do seu espaço regional. Assim sendo, são realizadas reuniões periódicas através do CDR, para discutir assuntos pertinentes às diversas áreas. Os membros conselheiros do CDR são os prefeitos municipais, presidentes das câmaras de vereadores e representantes da sociedade civil dos municípios desta região. O CDR é considerado o instrumento de planejamento e desenvolvimento regional mais importante, visto que, por intermédio dos seus conselheiros – que são os principais representantes dos municípios – é possível conhecer os problemas de toda a região e assim, identificar competências e orientar as ações conforme a necessidade regional.

A SDR Blumenau, conta ainda, com o Comitê Temático de Turismo criado para analisar e identificar diferentes formas de solucionar problemas, viabilizar projetos turísticos, que posteriormente, são apresentados aos membros do CDR para que sejam tomadas as decisões políticas, bem como o encaminhamento da sua operacionalização. Por isso, tudo que implicar tomada de decisão, é inicialmente discutido no Comitê de Turismo. Acrescenta-se que a SDR Blumenau tem executado obras e serviços públicos na região e, está apoiando os municípios na execução dos programas e ações de desenvolvimento turístico. Algumas destas ações foram realizadas em 2005 e 2006, e dentre elas, as de maior destaque foram os investimentos aplicados em Blumenau, na revitalização dos espaços de eventos: a criação do Parque Vila Germânica, e a reforma do Teatro Carlos Gomes.

Na estrutura administrativa da SDR Blumenau, o Gerente de Turismo, Cultura e Esporte é o responsável por receber os projetos desenvolvidos pelas Secretarias de Turismo, por analisá-los e fazer o papel de interlocutor, direcionando estes projetos para análise na Secretaria Estadual de Turismo, Cultura e Esporte, uma vez que, as deliberações que envolvam a solicitação de recursos para o desenvolvimento turístico dos municípios, devem passar primeiramente pela apreciação da SDR, para que essa recomende ou não, a liberação dos mesmos. Esse processo serve para concentrar as demandas oriundas dos municípios, permitindo uma melhor adequação das ações do governo com as necessidades regionais.

De acordo com os três Secretários de Turismo entrevistados, as Secretarias de Turismo são atuantes no desenvolvimento do setor, porém sua atuação ocorre localmente e não regionalmente. Mesmo após a criação da SDR Blumenau, as Secretarias de Turismo continuam agindo isoladamente. Embora contando com as iniciativas da SDR, o processo de regionalização é lento, ocasionando certo marasmo nas ações. Na fala dos entrevistados, o que acontece é a continuidade do fortalecimento municipal, com uma proposta futura de regionalização, disto decorre a proposta do PDIL.

Através do PDIL, segundo os entrevistados, foi realizado um inventário e um diagnóstico da situação atual desses municípios, com relação à infra-estrutura turística e de apoio, os atrativos naturais e culturais, as potencialidades turísticas, entre outros. No entanto, apesar do plano apresentar um panorama geral da atividade turística na região, não oferece ainda, resultados que confirmem sua eficácia em termos de auxiliar no desenvolvimento turístico regional, uma vez que, encontra-se no estágio inicial de implantação, pois contempla apenas a primeira etapa do processo de desenvolvimento turístico, o planejamento. Além disso, esses municípios seguem como política pública para o desenvolvimento regional do turismo, apenas o PDIL, não tendo como baliza, nenhum outro projeto ou ação.

O estudo demonstra que, atualmente, são poucas as ações em prol da regionalização do turismo e, o que ocorre são apenas a aceitação política das propostas do Ministério do Turismo e da Santur. As ações existentes estão tímidas, lentas e carentes de esforços coletivos. Por isso, existe uma necessidade de adaptação a esta nova realidade de regionalização do turismo, bem como, um esforço de participação coletiva do poder público, privado, e da sociedade. Destaca-se, todavia, que por ser dinâmico, qualquer processo de desenvolvimento regional é demorado e, necessita da integração de todos os envolvidos. Além disso, este é um processo de adaptação que exige criação de uma cultura e elaboração de políticas públicas que visem o desenvolvimento regional da atividade turística. Acredita-se que, para o fortalecimento de um processo de regionalização é necessário considerar alguns aspectos como: temporalidade, articulação, capacitação, elaboração e implementação de políticas públicas.

Inicialmente, é fundamental respeitar a temporalidade, que determina o tempo de ação de cada indivíduo ou município e ainda, o modo e os recursos disponíveis que variam conforme os interesses políticos que, por vezes, desviam-se das propostas e metas estabelecidas. Os processos de desenvolvimento do turismo exigem também, a articulação entre os atores (poder público, privado e a comunidade), para reforçar a força política e buscar a institucionalização. Nesse sentido, é indispensável a capacitação, o treinamento e atualização dos profissionais que conduzem e participam deste processo. Destaca-se a elaboração e implementação de políticas públicas específicas que, possibilitem a ordenação do desenvolvimento regional do turismo e, sejam capazes de estabelecer diretrizes que orientem e dêem continuidade à atividade turística.

## **Conclusão**

A regionalização, na sua essência teórica, promove a integração e sinergia entre os territórios e, no desenvolvimento é vista como o ideal, devido à promoção da união de forças. No entanto, na práxis é complexa e difícil de realizar. Na realidade turística da região da SDR Blumenau, nos três municípios inseridos no Vale Europeu, objeto deste estudo, a efetivação da regionalização ainda é considerada como um desejo futuro. Ocorre, atualmente, um movimento em prol da mesma e, discursos são incessantemente realizados e políticas públicas estaduais estão sendo divulgadas. Talvez, isso demonstre o começo de uma longa caminhada, em que os próprios atores precisam assumir seu posicionamento perante as propostas que surgem, discutindo o futuro do “seu lugar”. O governo, na sua função e (in)tenção, apresenta sua proposta e aguarda uma resposta, a comunidade, se não reage, assume o que foi proposto e o trabalho se inicia. Determinado os direcionamentos, começa a preparação do espaço.

Neste contexto, para o desenvolvimento do turismo nesta região, é necessário que haja uma maior participação de todos os envolvidos, principalmente na criação de políticas públicas que dêem conta da especificidade regional. Para tanto, constata-se a importância do reconhecimento regional das atrações e, infra-estruturas turísticas existentes que consigam formar um produto turístico regionalizado. Sabe-se, no entanto, que este esforço sempre deverá tender à coletividade e, especialmente, na assimilação de compromissos para com esta tarefa. Acredita-se que, um produto regional será mais competitivo e, poderá apresentar maior possibilidade de inserção no mercado nacional e internacional, posto que, como já existe demanda turística nos municípios estudados, a incrementação por meio da agregação de atratividade dos demais municípios, amplia a oferta.

Portanto, a regionalização do turismo é importante para ampliar a atratividade regional, visto que vários municípios integrados podem ofertar um número maior de atrativos do que um município isolado. Além disso, é possível que a demanda turística se motive a conhecer melhor a região aumentando por consequência a permanência turística. E desta reflexão devem surgir à discussão dos novos rumos para a elaboração das políticas públicas, ou seja, rever as necessidades dos atores e, sempre que possível, num processo de compartilhamento das iniciativas.

Por fim, ressalta-se que este estudo apresenta apenas um recorte de um tema que abarca excessiva possibilidade de outros olhares, assim sendo, recomenda-se que novos estudos sejam efetuados no sentido de revelar novas respostas para a melhor compreensão do desenvolvimento regional do turismo.

## Referências

- BARRETTO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 13. ed. rev. atual. Campinas, SP: Papyrus, 2003.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2007/2010**. Disponível em: <[http://www.institucional.turismo.gov.br/portalmtur/opencms/institucional/arquivos/PNT\\_2007\\_2010.pdf](http://www.institucional.turismo.gov.br/portalmtur/opencms/institucional/arquivos/PNT_2007_2010.pdf)>. Acesso em: 04 abr. 2008.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Projeto inventário da oferta turística**. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.
- CRUZ, R. de C. **Políticas de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2002.
- DIAS, R. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**, atualizado com o Plano Nacional de Turismo (2003/2007). São Paulo: Atlas, 2003.
- DREHER, M. T.; ULLRICH, D. R. Gestão do processo de participação no desenvolvimento regional do turismo: os desafios das cidades do Vale Europeu em SC. In: ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO DE BASE LOCAL, 10, 2007, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2007.
- FORTES, S.; MANTOVANELI JUNIOR, O. Desafios institucionais da regionalização do turismo no Vale Europeu – Santa Catarina. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO, 8, 2006, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Unicenp, 2006.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- HALL, C. M. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: Contexto, 2001.
- OMT – Organização Mundial de Turismo. **Introdução ao turismo**. Trad. Dolores M. R. Córner. São Paulo: Roca, 2001.
- PIRES, A. et al. **Descentralização do governo e desenvolvimento regional: um caminho para a democracia participativa**. 2. ed. Florianópolis: Expressão, 2005.
- SANTUR – Santa Catarina Turismo. **Conselho estadual de turismo**. Disponível em: <<http://www.sol.sc.gov.br/santur/conselho.asp>>. Acesso em: 03 abr. 2008.
- SOL – Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte. **PDIL**. Disponível em: <<http://www.sol.sc.gov.br/paginas/pdil.htm>>. Acesso em: 04 abr. 2008.
- SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, n.16, p. 20-45, jul/dez 2006.
- THEIS, I. M. et al. Globalização e planejamento do desenvolvimento regional: o caso do Vale do Itajaí. In: SIEBERT, C. (org.). **Desenvolvimento regional em Santa Catarina: reflexões, tendências e perspectivas**. Blumenau: Edifurb, p. 213-244, 2001.